



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXIX — Nº 1

TERÇA-FEIRA, 15 DE JANEIRO DE 1974

BRÁSILIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

COLÉGIO ELEITORAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Mesa do Senado Federal, tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 13 da Lei Complementar nº 15, de 13 de agosto de 1973, que lhe conferiu a Presidência do colégio eleitoral que elegerá o Presidente da República.

Considerando que, a 15 de janeiro corrente, deverá ser procedida a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República que exercerão o mandato no período compreendido entre 15 de março de 1974 e a mesma data do ano de 1979 (art. 13, *caput*, da Lei Complementar nº 15/73, combinado com os arts. 75, § 3º, e 183 da Constituição Federal);

Considerando que foram registrados, pela Mesa do Senado Federal, como candidatos à Presidência e à Vice-Presidência da República, respectivamente, os Generais-de-Exército Ernesto Geisel e Adalberto Pereira dos Santos, pela Aliança Renovadora Nacional e os senhores Deputado Ulysses Silveira Guimarães e Professor Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, pelo Movimento Democrático Brasileiro, de acordo com o estabelecido nos arts. 9º e seguintes da Lei Complementar nº 15, de 13 de agosto de 1973;

Considerando que o Presidente da República será eleito por um colégio eleitoral (art. 1º da Lei Complementar nº 15/73);

Considerando que compõem o colégio eleitoral os membros do Congresso Nacional e os delegados das Assembléias Legislativas, estes em proporcionalidade estabelecida com base

no número de eleitores de cada Estado da Federação e fixada pelo Tribunal Superior Eleitoral (art. 4º da Lei Complementar nº 15/73);

Considerando que as Assembléias Legislativas encaminharam à Mesa do Senado Federal, dentro do prazo estabelecido no § 3º do art. 8º da referida Lei Complementar, os nomes e a qualificação dos respectivos delegados e seus suplentes;

FAZ SABER QUE:

1º) fica, por este edital, convocada, para as 9 (nove) horas do próximo dia 15, no Plenário da Câmara dos Deputados, a sessão do colégio eleitoral destinada à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República que exercerão os respectivos mandatos no quinquênio a iniciar-se a 15 de março de 1974;

2º) os delegados das Assembléias Legislativas deverão apresentar as respectivas credenciais à Mesa do Senado Federal (Resolução nº 9.483, do TSE, parágrafo único do art. 8º);

3º) para exame da documentação e identificação dos delegados das Assembléias Legislativas, a Mesa do Senado Federal reunirá-se no Gabinete do Presidente do Senado Federal, nos dias 13 e 14 de janeiro de 1974, das 10 às 18 horas;

4º) a Mesa do Senado Federal, após o prazo do item anterior, reunirá-se a fim de organizar, em definitivo, a composição do colégio eleitoral que será publicada no Diário do Congresso Nacional;

EXPEDIENTE	
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL	
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL	
EVANDRO MENDES VIANNA Diretor-Geral do Senado Federal	Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal ASSINATURAS
ARNALDO GOMES Diretor-Executivo	Via Superfície: Semestre Cr\$ 100,00 Ano Cr\$ 200,00
PAULO AURÉLIO QUINTELLA Chefe da Divisão Administrativa	Via Aérea: Semestre Cr\$ 200,00 Ano Cr\$ 400,00
ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER Chefe da Divisão Industrial	(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30) Tiragem: 3.500 exemplares

5º) aos Delegados das Assembléias Legislativas será fornecido um cartão de identificação assinado pelo Presidente do Senado Federal e que deverá ser apresentado à mesa de presença da Câmara dos Deputados antes de seu ingresso no recinto da sessão de reunião do colégio eleitoral;

6º) ocorrendo vaga ou investidura dos delegados titulares em função de Ministro de Estado, Secretário de Estado ou Prefeito de Capital, ficam, desde logo, convocados os respec-

tivos suplentes para a apresentação das credenciais (Lei Complementar nº 15, de 1973, artigo 21).

Sala das Reuniões da Mesa do Senado Federal, em 3 de janeiro de 1974. — **Paulo Torres**, Presidente — **Antônio Carlos**, 1º-Vice-Presidente — **Adalberto Sena**, 2º-Vice-Presidente — **Ruy Santos**, 1º-Secretário — **Augusto Franco**, 2º-Secretário — **Milton Cabral**, 3º-Secretário — **Geraldo Mesquita**, 4º-Secretário.

Ato n.º 1, de 1974, da Mesa do Senado Federal

A Mesa do Senado Federal, tendo em vista o disposto nos artigos 13 a 19, 21 e 22 da Lei Complementar nº 15, de 13 de agosto de 1973, que "regula a composição e o funcionamento do colégio que elegerá o Presidente da República, e dá outras providências", RESOLVE estabelecer as seguintes normas para os trabalhos da sessão do colégio eleitoral destinada à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República para o quinquênio 1974/1979, a realizar-se no dia 15 de janeiro de 1974, às 9 (nove) horas, no plenário da Câmara dos Deputados:

I — DA ELEIÇÃO

Art. 1º Os membros do colégio eleitoral, para efeito de verificação de quorum, serão recebidos à Portaria da Câmara dos Deputados, a partir das 8 (oito) horas, onde terão seu comparecimento anotado na Lista de Presença. (Regimento Interno do Senado Federal, art. 42, caput).

Art. 2º A hora do início da sessão, o Presidente e os demais membros da Mesa do Se-

nado Federal ocuparão os respectivos lugares; verificando-se o quorum estabelecido no art. 14 da Lei Complementar nº 15, de 1973, o Presidente da Mesa do Senado Federal declarará abertos os trabalhos; não havendo número, o Presidente aguardará a complementação do quorum (Regimento Comum, art. 29).

Art. 3º Aberta a sessão, o Presidente comunicará ao colégio eleitoral a sua finalidade e que se encontram sobre a mesa as credenciais a que se refere o parágrafo único do artigo 8º da Resolução nº 9.483, do Tribunal Superior Eleitoral e anunciará os nomes dos candidatos registrados perante a Mesa do Senado Federal (Lei Complementar n.º 15, de 1973, art. 10).

Art. 4º Ato contínuo, passar-se-á à votação, para cujo encaminhamento poderá ser concedida a palavra, pelo prazo de 20 (vinte) minutos, ao Presidente de cada um dos Partidos que tenham registrado candidatos ou a um seu representante, devidamente credenciado e previamente inscrito.

Parágrafo único. A votação far-se-á pelo processo nominal e de acordo com os seguintes critérios:

a) procederá à chamada o Primeiro-Secretário da Mesa do Senado Federal;

b) votarão em primeiro lugar os membros da Mesa;

c) far-se-á, em seguida, a chamada dos demais membros do colégio eleitoral, por Estado e do norte para o sul, na seguinte ordem: os Senadores, os Deputados Federais e os Delegados das Assembléias Legislativas dos Estados, esses últimos em seqüência alfabética;

d) a votação será feita em 2 (duas) chamadas, votando na segunda os que deixaram de fazê-lo na primeira;

e) o Presidente convidará dois membros do colégio eleitoral, de preferência de partidos diferentes, para acompanharem, da Mesa, o registro dos votos à medida que os mesmos sejam proferidos;

f) os membros do colégio eleitoral emitirão seus votos, de pé e com clareza, apenas nos candidatos registrados a Presidente da República ou pela abstenção, o que será considerado voto em branco;

g) terminada a segunda chamada nominal, o Presidente declarará encerrada a votação e colherá, dos secretários, o resultado e deste dará conhecimento ao colégio eleitoral;

h) "Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta na primeira votação, os escrutínios serão repetidos, e a eleição dar-se-á no terceiro, por maioria simples" (Constituição Federal, § 2º do art. 75).

i) verificada a maioria absoluta ou, no caso de terceiro escrutínio, maioria simples, o Presidente anunciará o escrutínio e os votos obtidos pelos candidatos e encerrará os trabalhos proclamando eleitos o Presidente da República e o Vice-Presidente cuja candidatura tenha sido com a dele registrada.

II — DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º Dos trabalhos da sessão do colégio eleitoral será lavrada, pelo Primeiro-Secretário, Ata a ser assinada pelos membros da Mesa e cuja cópia autenticada, também pelo Primeiro-Secretário, será encaminhada ao Tribunal Superior Eleitoral (Lei Complementar nº 15, de 1973, art. 18).

Art. 6º As questões de ordem e quaisquer outras que forem suscitadas nos termos do art. 22 da Lei Complementar nº 15, de 1973, só poderão versar sobre a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República (art. 19 da Lei Complementar nº 15, de 1973), obedecendo-se, na parte adjetiva e no que couber, o disposto no Regimento Comum do Congresso Nacional (Art. 131 e seguintes).

Art. 7º As declarações de voto deverão ser encaminhadas por escrito à Mesa, que as fará publicar, obedecido o disposto no art. 21 do Regimento Interno do Senado Federal.

Art. 8º Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente do Senado Federal.

Sala de Sessões da Mesa do Senado Federal, em 4 de janeiro de 1974. — **Paulo Torres**, Presidente — **Antônio Carlos**, 1º-Vice-Presidente — **Adalberto Sena**, 2º-Vice-Presidente — **Ruy Santos**, 1º-Secretário — **Augusto Franco**, 2º-Secretário — **Milton Cabral**, 3º-Secretário — **Geraldo Mesquita**, 4º-Secretário.

PARECER

Da Mesa do Senado Federal, sobre as Credenciais dos Delegados das Assembléias Legislativas dos Estados à sessão do colégio eleitoral, convocada pelo Edital da Mesa do Senado Federal, de 3 de janeiro de 1974, para o dia 15 de janeiro de 1974, destinada a eleger o Presidente e o Vice-Presidente da República para o quinquênio 1974/1979, e sobre a composição definitiva do colégio eleitoral.

Relator: Senador Antônio Carlos Konder Reis

I — RELATÓRIO

Cumprindo o disposto nos itens 2.º e 3.º do Edital, da Mesa do Senado Federal, que convocou sessão do colégio eleitoral para as 9 (nove) horas do dia 15 de janeiro corrente, vem à Mesa o processo contendo a documentação que credencia os delegados das Assembléias Legislativas dos Estados à referida sessão.

O presente parecer, conforme orientação traçada na sessão da Mesa realizada às 10 horas de hoje, objetiva atender ao disposto no item 4.º do mencionado Edital, ou seja, "organizar, em definitivo, a composição do colégio eleitoral que será publicada no Diário do Congresso Nacional".

Ao analisar o processado, a Mesa do Senado Federal ajuizará do cumprimento das disposições constitucionais e legais pertinentes à organização do colégio eleitoral, principalmente no que toca à parte relativa aos delegados das Assembléias Legislativas dos Estados, e que são:

a) da Constituição:

"Art. 74.

§ 1.º O colégio eleitoral será composto dos membros do Congresso Nacional e de delegados das Assembléias Legislativas dos Estados.

§ 2.º Cada Assembléia indicará três delegados, dentre seus membros, e mais um por quinhentos mil eleitores inscritos no Estado, não podendo nenhuma representação ter menos de quatro delegados."

b) da Lei Complementar n.º 15, de 1973, que "regula a composição e o funcionamento do colégio que elegerá o Presidente da República, e dá outras providências":

"Art. 2.º O colégio eleitoral compor-se-á dos membros do Congresso Nacional e dos delegados das Assembléias Legislativas dos Estados.

CAPÍTULO II

Dos Delegados das Assembléias Legislativas

Art. 3.º Para a escolha dos delegados das Assembléias Legislativas dos Estados observar-se-ão, no ano anterior àquele em que findar o mandato presidencial, as normas deste capítulo.

Art. 4.º Compete ao Tribunal Superior Eleitoral, com base no número de eleitores alistados até trinta de junho, fixar, nos 45 (quarenta e cinco) dias seguintes, o número de delegados das Assembléias Legislativas.

Art. 5.º Até 30 (trinta) de setembro, o líder do Partido Político apresentará, para registro, à Mesa da Assembléia, chapa dos candidatos a delegados e suplentes, contendo tantos nomes quantas forem as vagas, mais um terço.

Parágrafo único. Da chapa somente poderão constar nomes de deputados estaduais ou de seus suplentes.

Art. 6.º A Mesa da Assembléia Legislativa mandará publicar no **Diário Oficial**, dentro em 48 (quarenta e oito) horas, a partir do registro a que se refere o artigo anterior, a relação dos candidatos para conhecimento de terceiros.

Art. 7.º Se ocorrer morte ou impedimento insuperável de qualquer dos candidatos registrados, o líder do Partido o substituirá, comunicando, para registro, o novo nome à Mesa da Assembléia Legislativa, seguindo-se o procedimento previsto no artigo anterior.

Art. 8.º A Mesa convocará a Assembléia Legislativa, na segunda quinzena de novembro, para, em sessão pública e mediante votação nominal, escolher os delegados do colégio eleitoral, bem como seus suplentes.

§ 1.º Considerar-se-ão eleitos delegados os candidatos que, dentro da chapa mais votada, obtiverem maior número de sufrágios.

§ 2.º Os menos votados da chapa, a que se refere o parágrafo antecedente, serão suplentes da representação.

§ 3.º Apurado o resultado da eleição, a Mesa da Assembléia Legislativa, dentro em 5 (cinco) dias, comunicará à Mesa do Senado Federal os nomes e a qualificação dos delegados e seus suplentes.

Art. 21. Os suplentes dos delegados das Assembléias Legislativas somente serão convocados em caso de vaga ou nos de investidura dos titulares em função de Ministro de Estado, Secretário de Estado ou Prefeito de Capital.

Art. 24. O Tribunal Superior Eleitoral fixará, no prazo de 15 (quinze) dias contados da pu-

blicação desta Lei, o número dos delegados das Assembléias Legislativas, integrantes do colégio que elegerá o Presidente e o Vice-Presidente da República no dia 15 de janeiro de 1974."

c) da Resolução n.º 9.480, do Tribunal Superior Eleitoral que "fixa o número de Delegados das Assembléias Legislativas que integrarão o Colégio Eleitoral nas eleições de 15 de janeiro de 1974":

"Resolvem os Ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por votação unânime, em cumprimento ao disposto no artigo 4.º, combinado com o artigo 24, da Lei Complementar n.º 15, de 13 de agosto de 1973, e, observada a regra constante do § 2.º, do artigo 74, da Constituição Federal, fixar em 127 (cento e vinte e sete) o número de delegados das Assembléias Legislativas, os quais integrarão o Colégio Eleitoral que elegerá o Presidente e o Vice-Presidente da República no dia 15 de janeiro de 1974. Sua distribuição é a seguinte:

Estados	Eleitorado	Delegados
São Paulo	7.333.601	3 + 14 = 17
Minas Gerais ..	4.253.752	3 + 8 = 11
R. G. do Sul ..	2.678.894	3 + 5 = 8
Paraná	2.387.198	3 + 4 = 7
Bahia	2.291.758	3 + 4 = 7
Guanabara ...	2.011.337	3 + 4 = 7
Rio de Janeiro	1.874.811	3 + 3 = 6
Pernambuco ..	1.429.254	3 + 2 = 5
Ceará	1.352.292	3 + 2 = 5
Santa Catarina	1.207.077	3 + 2 = 5
Goiás	1.020.864	3 + 2 = 5
Paraíba	755.111	3 + 1 = 4
Pará	719.506	3 + 1 = 4
Maranhão	612.195	3 + 1 = 4
Espirito Santo	561.070	3 + 1 = 4
Piauí	553.829	3 + 1 = 4
R. G. do Norte	504.055	3 + 1 = 4
Mato Grosso ..	489.139	3 + 1 = 4
Alagoas	323.892	3 + 1 = 4
Sergipe	242.455	3 + 1 = 4
Amazonas	233.790	3 + 1 = 4
Acre	39.117	3 + 1 = 4"

d) da Resolução n.º 9.483, do Tribunal Superior Eleitoral:

"Art. 8.º Apurado o resultado da eleição a Mesa da Assembléia Legislativa, dentro em cinco dias, comunicará à Mesa do Senado Federal os nomes e a qualificação dos delegados e seus suplentes (LC-15/73, art. 8.º, § 3.º).

Parágrafo único. A cada um dos eleitos a Mesa da Assembléia Legislativa fornecerá credencial, assinada pelo Presidente e pelo Secretário, para apresentação à Mesa do Senado Federal, na instalação dos trabalhos do Colégio Eleitoral."

Passamos, agora, à verificação da documentação constante do processo, por Estado, e de Norte para o Sul:

1) ACRE

Através do Ofício n.º 103, de 22 de novembro de 1973, o Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Acre encaminhou ao Senhor Presidente do Senado Federal os seguintes documentos:

a) Nomes e qualificação dos Delegados e Suplentes;

b) Chapa dos candidatos a Delegados e suplente, apresentada pela Aliança Renovadora Nacional;

c) Ata da reunião da Bancada da Aliança Renovadora Nacional, realizada em 26 de setembro de 1973, que escolheu os candidatos a delegados e suplente;

d) Diário Oficial do Estado, n.º 1.399, de 26 de setembro de 1973, contendo publicação oficial da relação dos candidatos;

e) Ata da 13.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa, realizada em 20 de novembro de 1973, que escolheu os delegados e suplente ao colégio eleitoral.

A documentação foi encaminhada nos prazos previstos na legislação e os nomes e qualificações conferem com as credenciais, assinadas pelo Presidente e Secretário da Assembleia Legislativa, apresentadas perante a Mesa do Senado Federal.

2) AMAZONAS

O Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, mediante Ofício n.º 668/73/GP, de 5 de dezembro de 1973, comunicou ao Senhor Presidente do Senado Federal a escolha dos delegados daquela Assembleia e encaminhou os seguintes documentos:

a) cópia autenticada da Ata da 93.ª Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, realizada em 3 de dezembro de 1973, na qual foram eleitos seus representantes no colégio eleitoral;

b) Diário Oficial de 5 de dezembro de 1973, página 15, no qual foi publicada a referida ATA;

c) cópia xerográfica do "Currículo Vitae" de cada um dos delegados, elaborados pela Diretoria do Pessoal da Assembleia Legislativa.

Cumprir observar que, do exame dos documentos acima enunciados, verifica-se ter a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas realizado a sessão para eleição de seus representantes no colégio eleitoral no dia 3 de dezembro de 1973.

A Lei Complementar n.º 15, de 13 de agosto de 1973, dispõe em seu art. 8.º que "a Mesa convocará a Assembleia Legislativa, na segunda quinzena de novembro, para, em sessão pública e mediante votação nominal, escolher os delegados do Colégio Eleitoral, bem como seus suplentes."

A maioria das Assembleias interpretou esse mandamento legal como se a sessão dovesse realizar-se na segunda quinzena de novembro. Tanto assim que realizaram as referidas sessões para eleição dos delegados entre os dias 15 e 30 de novembro de 1973, o que equivale dizer que a expressão "na segunda quinzena de novembro" foi entendida como o lapso de tempo dentro do qual deveria a Assembleia escolher seus delegados ao Colégio Eleitoral.

Numa interpretação teleológica, no entanto — aquela que busque os fins da lei — nada impede que se aceite a interpretação dada pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, segundo a qual a convocação da sessão é que deveria ser feita na segunda quinzena do mês de novembro de 1973, uma vez que, dessa forma a Assembleia cumpriu a tempo e convenientemente o que determina a Lei Complementar n.º 15 de 1973.

De resto, tal entendimento corresponde à interpretação gramatical do texto.

Os nomes e a qualificação dos delegados, constantes da documentação enviada, correspondem às

credenciais apresentadas perante a Mesa do Senado Federal, de conformidade com o disposto no item 2.º do Edital de Convocação.

3) PARÁ

Mediante Ofício n.º 3.657-Sec.-73, o Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará encaminhou, ao Senhor Presidente do Senado Federal, os seguintes documentos:

a) cópia autenticada do requerimento de registro da chapa da Aliança Renovadora Nacional, apresentado perante a Comissão Diretora da Assembleia Legislativa, em 28 de setembro de 1973;

b) cópia autenticada da ata da reunião da Bancada da Aliança Renovadora Nacional à Assembleia Legislativa do Estado do Pará, realizada em 27 de setembro de 1973, que escolheu os candidatos a delegados;

c) cópia autenticada das autorizações, firmadas pelos componentes da chapa da ARENA, em que consentem com o respectivo registro como delegados da Assembleia Legislativa ao Colégio Eleitoral;

d) "Relação e Qualificação dos Deputados que integram a Delegação do Estado do Pará", firmada em 21 de novembro de 1973;

e) Diário da Assembleia, de 2 de outubro de 1973, que publica a Resolução n.º 32/73, da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, que "Registra a chapas dos candidatos a delegados e suplentes, apresentada pela Aliança Renovadora Nacional";

f) Diário Oficial de 21 de novembro de 1973, página 36, que publica a Ata da 60.ª Reunião Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 1973, em que a Assembleia Legislativa do Estado do Pará elegeu os delegados e o suplente.

Os nomes e respectiva qualificação dos delegados, constantes das credenciais apresentadas perante a Mesa do Senado Federal, coincidem com a documentação apresentada. As credenciais foram devidamente assinadas pelo Senhor Presidente e 1.º Secretário da Assembleia Legislativa. Os prazos previstos na legislação foram atendidos.

4) MARANHÃO

Com o Ofício n.º 559/73-GP, de 26 de novembro de 1973, o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão comunicou ao Presidente do Senado Federal os nomes dos delegados e do suplente eleitos para integrarem o Colégio Eleitoral. A comunicação veio acompanhada dos seguintes documentos:

a) chapa dos delegados e suplente apresentada pela Aliança Renovadora Nacional;

b) cópia do requerimento do Líder da Bancada da Aliança Renovadora Nacional, solicitando o registro da chapa dos candidatos do partido;

c) cópia da Ata da reunião da Bancada da Aliança Renovadora Nacional que escolheu a chapa dos candidatos do partido a delegados e suplente do colégio eleitoral;

d) declaração conjunta de assentimento dos candidatos da ARENA para registro de seus nomes perante a Mesa da Assembleia Legislativa;

e) publicação oficial da relação dos candidatos;

f) cópia da Ata da 38.ª sessão extraordinária da Assembleia Legislativa, realizada a 22 de novembro de 1973, na qual foram eleitos os delegados e suplente que compunham a chapa apresentada pela Aliança Renovadora Nacional;

g) resolução administrativa n.º 101/73, da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, que concedeu registro à chapa dos candidatos apresentados pela ARENA;

h) qualificação dos delegados e suplente.

A comunicação do Presidente da Assembléia Legislativa atende ao disposto no § 3.º do art. 8.º da Lei Complementar n.º 15, de 1973, e os demais documentos que a instruem esclarecem o processo de eleição dos representantes da Assembléia ao colégio eleitoral.

A Mesa do Senado Federal foram apresentadas, pelos delegados dentro do prazo estabelecido, as credenciais assinadas pelo Presidente e pelo 1.º-Secretário da Assembléia Legislativa, conferindo os nomes ali lançados com os constantes da chapa eleita e encaminhada, anteriormente, a Mesa do Senado Federal.

5) PIAUÍ

O Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí, através do Ofício AL/P/GAB/246/73, de 28 de novembro de 1973, comunicou ao Sr. Presidente do Senado Federal a escolha dos delegados e do suplente daquele legislativo estadual ao colégio eleitoral.

Ao expediente encontra-se anexada relação contendo os nomes dos delegados, do suplente, e respectivas qualificações.

As credenciais, apresentadas pelos delegados à Mesa do Senado Federal dentro do prazo estipulado, encontram-se assinadas pelo Presidente e pelo 1.º-Secretário em exercício da Assembléia Legislativa; e os nomes nelas indicados coincidem com os que foram mencionados no Ofício do Presidente da Assembléia Legislativa, anteriormente encaminhado à Mesa do Senado Federal.

6) CEARÁ

O Senhor 1.º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, no exercício da Presidência, em atendimento ao disposto no § 3.º do art. 8.º da Lei Complementar n.º 15, de 13 de agosto de 1973, enviou à Presidência do Senado dois ofícios. O primeiro, datado de 30 de novembro, portanto dentro do prazo estabelecido no referido art. 8.º, encaminha cópia do Boletim de Apuração da eleição dos representantes da Assembléia ao colégio eleitoral e publicação oficial do referido boletim, onde constam os nomes dos respectivos representantes.

O segundo, datado de 13 de dezembro último, complementa o anterior e encaminha, além dos nomes dos delegados e do suplente, as respectivas qualificações, em conformidade, portanto, com o estabelecido no dispositivo acima citado.

Os delegados apresentaram, tempestivamente, à Mesa do Senado Federal, credenciais assinadas pelo Presidente da Assembléia Legislativa e que se fazem acompanhar de certidão da eleição procedida, a 27 de novembro de 1973, pela Assembléia Legislativa, para escolha de seus representantes ao colégio eleitoral, certidão essa assinada pelo Presidente e pelo 1.º-Secretário, o que, no nosso entendimento, atende ao disposto no parágrafo único do art. 8.º da Resolução n.º 9.483, de 13 de setembro de 1973, do Tribunal Superior Eleitoral, uma vez que as referidas certidões são parte integrante das credenciais.

Os nomes dos delegados constantes das credenciais conferem com os apostos nos documentos do processo.

7) RIO GRANDE DO NORTE

A documentação relativa à representação do Estado do Rio Grande do Norte foi encaminhada ao Senhor Presidente do Senado Federal através do Ofício n.º 2.090, de 22 de novembro de 1973. Dele constam os nomes dos representantes escolhidos para delegados titulares e suplentes do colégio eleitoral, assim como suas qualificações.

Acompanham o citado ofício os seguintes documentos:

a) cópia da chapa dos candidatos a delegados e suplentes, apresentada nos termos do art. 1.º da Resolução n.º 9.483, do Tribunal Superior Eleitoral;

b) cópia da ata da reunião do partido político que escolheu os candidatos para a organização da chapa referida no item anterior;

c) publicação oficial da relação dos candidatos;

d) cópia da ata da sessão extraordinária da Assembléia que escolheu os delegados e suplente do colégio eleitoral;

e) cópia da folha do resultado da votação.

O ofício acima referido foi encaminhado dentro do prazo legal, e os documentos que o acompanham atendem ao que dispõe a legislação pertinente.

A Mesa do Senado Federal foram apresentadas, dentro do prazo e pelos respectivos delegados, as credenciais previstas na legislação que regula a matéria, devidamente assinadas pelo Senhor Presidente e pelo Senhor 1.º-Secretário da Assembléia Legislativa. Os nomes que delas constam conferem com aqueles que figuram nos documentos do processo.

8) PARAÍBA

Com o Ofício n.º 1.054, de 3 de dezembro de 1973, o Sr. Presidente da Assembléia Legislativa da Paraíba, comunica os nomes e a qualificação dos delegados e respectivos suplentes daquele legislativo estadual ao colégio eleitoral, eleitos em sessão realizada no dia 29 de novembro de 1973, cumprindo-se, portanto, o disposto no § 3.º do art. 8.º da Lei Complementar n.º 15, de 1973.

Em prazo oportuno, foram entregues pelos delegados à Mesa do Senado Federal as respectivas credenciais, assinadas pelo Presidente e pelo 1.º-Secretário da Assembléia Legislativa, conferindo os nomes e as qualificações ali lançadas, com os constantes do ofício anteriormente encaminhado.

9) PERNAMBUCO

Os documentos que dizem respeito ao Estado de Pernambuco foram encaminhados ao Senado Federal através do Ofício n.º GP/179/73, de 22 de novembro de 1973, do Senhor Presidente da Assembléia Legislativa, ao qual encontra-se anexada relação nominal e a qualificação dos delegados e suplentes.

O expediente foi acompanhado dos seguintes documentos:

a) cópia da chapa dos candidatos a delegados e suplentes, apresentada nos termos do art. 1.º da Resolução n.º 9.483, do Tribunal Superior Eleitoral;

b) cópia da ata da reunião da bancada da Aliança Renovadora Nacional, inclusive a declaração de consentimento dos candidatos e a página do Diário Oficial, que a publicou;

c) publicação oficial da relação dos candidatos;

d) cópia da ata da reunião extraordinária da Assembléia, realizada em 20 de novembro de 1973,

na qual foram escolhidos os seus delegados e suplentes, acompanhada da página do Diário Oficial que a publicou.

O ofício, conforme esclarece telex datado de 3 de dezembro e subscrito pelo Presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco, foi encaminhado dentro do prazo legal.

Perante a Mesa do Senado foram, dentro do prazo e pelos respectivos delegados, apresentadas as credenciais previstas na lei, devidamente assinadas pelo Senhor Presidente e pelo 1.º-Secretário da Assembléia Legislativa. Os nomes que constam dessas credenciais conferem com aqueles presentes nos documentos do processo.

10) ALAGOAS

A documentação relativa à representação desse Estado foi remetida ao Senado Federal com o Ofício n.º ALE, 3.071/73/P, de 22 de novembro de 1973, do Sr. Presidente da Assembléia, e dele constam os nomes e respectiva qualificação dos delegados e do suplente daquele legislativo estadual. Os seguintes documentos instruem a comunicação:

a) cópia autenticada da chapa dos candidatos a Delegado, apresentada pelo Líder da Bancada da Aliança Renovadora Nacional — ARENA;

b) cópia autêntica da Ata da reunião da Aliança Renovadora Nacional que escolheu a chapa dos Delegados do partido;

c) cópia autenticada da publicação oficial da relação dos candidatos a delegados pela Aliança Renovadora Nacional;

d) cópia autêntica da Ata da 47.ª Sessão Extraordinária da Assembléia, realizada a 19 de novembro de 1973, na qual foram eleitos seus representantes no colégio eleitoral.

A documentação atende ao disposto na legislação pertinente e foi encaminhada dentro do prazo estabelecido no § 3.º do art. 8.º da Lei Complementar n.º 15, de 13 de agosto de 1973.

A Mesa do Senado Federal foram apresentadas, em tempo útil, pelos respectivos delegados, as credenciais assinadas pelo Presidente e pelo 1.º-Secretário e demais membros da Mesa da Assembléia Legislativa.

Os nomes e as qualificações dos delegados, constantes das credenciais conferem com a documentação encaminhada anteriormente.

11) SERGIPE

A documentação relativa aos delegados do Estado de Sergipe foi encaminhada pelo Ofício n.º 1.648, de 30 de novembro de 1973, do Presidente da Assembléia Legislativa, e dele constam os nomes e a qualificação dos delegados e suplente. O citado expediente é, ainda, instruído com os seguintes elementos:

a) Cópia do requerimento de registro da chapa dos candidatos da Aliança Renovadora Nacional, encaminhado à Mesa da Assembléia pelo Líder do partido;

b) cópia da ata da reunião da Bancada da Aliança Renovadora Nacional, que escolheu a chapa de seus candidatos a delegados e suplente;

c) cópia da ata da 43.ª sessão extraordinária da Assembléia Legislativa, realizada a 27 de novembro de 1973, na qual foram eleitos os representantes da Assembléia que irão compor, como delegados e suplente, o colégio eleitoral;

d) cópia da publicação oficial do registro dos candidatos da Aliança Renovadora Nacional, a delegados e suplente do colégio eleitoral.

A comunicação da Presidência da Assembléia foi, portanto, encaminhada dentro do prazo estabelecido no art. 8.º, "caput", da Lei Complementar n.º 15, de 1973.

Os Delegados da Assembléia apresentaram, dentro do prazo legalmente estabelecido, à Mesa do Senado Federal, devidamente assinadas pelo Presidente e pelo 1.º-Secretário, as credenciais previstas na Lei Complementar que regula a matéria.

Os nomes dos Delegados, constantes das referidas credenciais, estão de acordo com os mencionados nos documentos anteriormente encaminhados à Mesa do Senado Federal.

12) BAHIA

A documentação relativa ao Estado da Bahia foi encaminhada com o Ofício n.º 1.013, de 28 de novembro de 1973, do Senhor Presidente da Assembléia Legislativa daquele Estado e é constituída de:

a) relação contendo os nomes e a qualificação dos delegados e suplentes ao colégio eleitoral;

b) cópia da chapa dos candidatos da Aliança Renovadora Nacional;

c) cópia da Ata da reunião da Bancada da Aliança Renovadora Nacional que escolheu a chapa dos candidatos do partido;

d) publicação oficial do registro, pela Mesa da Assembléia, da chapa dos candidatos da Aliança Renovadora Nacional;

e) cópia da Ata da 58.ª sessão extraordinária da Assembléia Legislativa, realizada a 27 de novembro de 1973, na qual foram eleitos os delegados e respectivos suplentes, que irão compor, como representantes da Assembléia, o colégio eleitoral.

Os documentos foram encaminhados dentro do prazo estabelecido na Lei Complementar n.º 15, de 1973, e atendem às exigências da legislação pertinente.

Foram apresentadas, pelos delegados, à Mesa do Senado Federal — e dentro do prazo por esta estabelecido — as credenciais referidas no inciso I do parágrafo único do art. 13 da referida Lei Complementar, conferindo os nomes ali lançados com os constantes da documentação acima referida. As credenciais estão devidamente assinadas pelo Presidente da Assembléia Legislativa e pelo 1.º-Secretário, em exercício.

13) ESPÍRITO SANTO

Através do Ofício n.º DL-402, de 30 de novembro de 1973, o Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo comunicou, ao Presidente do Senado Federal, os nomes e a qualificação dos delegados e do suplente eleitos por aquela Assembléia para integrarem o colégio eleitoral.

A comunicação atende ao disposto no art. 8.º, § 3.º, da Lei Complementar n.º 15, de 1973.

Em tempo hábil foram entregues, pelos delegados, à Mesa do Senado Federal, as respectivas credenciais, devidamente assinadas pelo Presidente e pelo 1.º-Secretário da Assembléia Legislativa. Os nomes e a qualificação dos delegados, apostos nas

credenciais, conferem com os anteriormente encaminhados à Mesa do Senado Federal.

14) RIO DE JANEIRO

A documentação referente ao Estado do Rio de Janeiro foi encaminhada ao Sr. Presidente do Senado Federal através do Ofício n.º GP/47/73, do Senhor Presidente da Assembléia Legislativa daquele Estado, datado de 29 de novembro de 1973.

Em anexo ao mencionado expediente, encontra-se a relação nominal dos delegados com as respectivas qualificações.

Em tempo oportuno, perante a Mesa do Senado Federal, os delegados apresentaram suas credenciais devidamente assinadas pelo Presidente e pelo 1.º-Secretário da Assembléia Legislativa — e os nomes que delas constam identificam as mesmas pessoas relacionadas no Ofício anteriormente encaminhado à Mesa do Senado Federal.

15) GUANABARA

Com o Ofício GP n.º 950, de 28 de novembro de 1973, o Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara encaminhou ao Senhor Presidente do Senado Federal os nomes dos delegados e suplentes daquela Assembléia ao Colégio Eleitoral.

O referido expediente é acompanhado dos seguintes documentos:

a) Diário Oficial de 27 de setembro de 1973, que publica: a Resolução n.º 1.746, de 1973, que concede registro à chapa apresentada pelo Movimento Democrático Brasileiro; o requerimento do Líder da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro em que é solicitado o registro da chapa de candidatos daquela agremiação; Ata da reunião da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, realizada em 26 de setembro de 1973, que indicou os candidatos; declaração conjunta de consentimento ao registro, firmada pelos candidatos; chapa de candidatos a delegados e suplentes, feita publicar pela Mesa Diretora da Assembléia Legislativa.

b) Diário Oficial de 16 de novembro de 1973, que publica o Edital de Convocação da Sessão Extraordinária da Assembléia Legislativa destinada à eleição dos delegados e respectivos suplentes;

c) Ofício GP n.º 989, de 20 de dezembro de 1973, em que o Senhor Presidente da Assembléia Legislativa, em aditamento ao Ofício GP n.º 950, de 28 de novembro de 1973, encaminha a qualificação dos delegados e suplentes eleitos pela Assembléia Legislativa.

A documentação atende às exigências da legislação vigente e foi encaminhada tempestivamente.

Em ocasião oportuna, perante a Mesa do Senado Federal, os delegados apresentaram suas respectivas credenciais, devidamente assinadas pelo Presidente e pelo 1.º-Secretário da Assembléia Legislativa, nas quais os nomes e qualificações apresentados coincidem com os fornecidos na documentação anteriormente apresentada.

16) MINAS GERAIS

A documentação relativa ao Estado de Minas Gerais foi encaminhada ao Senhor Presidente do Senado Federal pelo Ofício n.º 2.044/73 — CRPC, datado de 22 de novembro de 1973 e subscrito pelo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa. O

ofício nomina os representantes do Estado, no Colégio Eleitoral e esclarece que a sua escolha obedeceu às formalidades legais. A nominata dos delegados inclui suas respectivas qualificações.

Dentro do prazo legal, à Mesa do Senado, foram entregues, pelos respectivos delegados, as credenciais devidamente assinadas pelo Presidente e pelo 1.º-Secretário da Assembléia Legislativa. Os prazos previstos na legislação foram cumpridos.

17) SÃO PAULO

Com o ofício s/n.º, de 26 de novembro de 1973, o Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, encaminhou ao Senhor Presidente do Senado Federal os seguintes documentos:

a) relação dos representantes da Assembléia Legislativa que irão compor, como delegados e suplentes, o colégio eleitoral;

b) cópia de declaração firmada pelos delegados e suplentes e nas quais constam as respectivas qualificações;

c) cópia do requerimento do Líder da Bancada da ARENA, solicitando o registro da chapa de seus candidatos a delegados e suplentes ao colégio eleitoral;

d) cópia da Ata da reunião da Bancada da ARENA que escolheu a chapa dos candidatos a delegados e suplentes;

e) publicação oficial do requerimento da ARENA e da Ata, referidos nos itens anteriores;

f) cópia autêntica da Ata da 55.ª sessão extraordinária da Assembléia Legislativa, realizada a 21 de novembro de 1973, na qual foram eleitos os representantes da Assembléia ao colégio eleitoral.

A comunicação da Assembléia foi encaminhada dentro do prazo estabelecido no § 3.º do art. 8.º da Lei Complementar n.º 15, de 1973 e dela constam os dados ali previstos.

Foram, ainda, apresentadas, dentro do prazo e perante a Mesa do Senado Federal, as credenciais dos delegados, devidamente assinadas pelo Senhor Presidente e pelo 1.º Secretário, conferindo os seus nomes com os constantes dos documentos acima referidos.

18) GOIÁS

A documentação referente ao Estado de Goiás foi encaminhada ao Senhor Presidente do Senado Federal com o Ofício n.º 1482 — P, de 29 de novembro de 1973, do Senhor Presidente da Assembléia Legislativa, do qual constam além de relação contendo os nomes e a qualificação dos delegados e suplente, os seguintes documentos:

a) chapa dos candidatos a delegados e suplentes, apresentada nos termos do art. 1.º da Resolução n.º 9.483, do Tribunal Superior Eleitoral;

b) cópia da ata da reunião do partido político que escolheu os candidatos para a organização da chapa referida no item anterior;

c) publicação oficial da relação dos candidatos;

d) cópia da ata da sessão extraordinária da Assembléia que escolheu os delegados e suplentes ao Colégio Eleitoral.

O ofício acima referido foi encaminhado dentro do prazo estabelecido na Lei Complementar n.º 15, de 1973, e os documentos que o acompanham estão de acordo com o disposto no referido diploma legal.

Foram apresentados, dentro do prazo, à Mesa do Senado Federal, pelos respectivos delegados, as

credenciais previstas na legislação que regula a matéria, assinadas pelo Senhor Presidente e pelos 1.º e 2.º-Secretários. Os nomes que delas constam conferem com aqueles apostos nos documentos do processo.

19) MATO GROSSO

O Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, através do Ofício s/n, de 3 de dezembro último, também assinado pelos 1.º e 2.º-Secretários da Mesa, encaminhou ao Senado Federal os nomes e respectivas qualificações dos delegados e do suplente que compõem a representação daquele legislativo junto ao colégio eleitoral. A comunicação é instruída com os seguintes documentos:

a) Cópia da chapa de candidatos da Aliança Renovadora Nacional;

b) Cópia da chapa de candidatos do Movimento Democrático Brasileiro;

c) Cópia da Ata da reunião da Bancada da Arena que escolheu os respectivos candidatos;

d) Cópia da Ata da reunião do Movimento Democrático Brasileiro que escolheu os respectivos candidatos;

e) Requerimento do Líder da Bancada da Arena solicitando o registro da chapa dos candidatos do partido;

f) Requerimento do Líder da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro solicitando o registro da chapa dos candidatos do partido;

g) publicação oficial do registro, perante a Mesa da Assembléia Legislativa, dos candidatos a delegados e suplentes da Aliança Renovadora Nacional;

h) publicação oficial do registro, perante a Mesa da Assembléia Legislativa, dos candidatos a delegados e suplentes do Movimento Democrático Brasileiro;

i) Cópia da Ata da sessão extraordinária da Assembléia Legislativa, realizada a 30 de novembro de 1973, na qual foram eleitos os delegados e o suplente que integram a representação da Assembléia Legislativa no colégio eleitoral.

Foram, portanto, observadas as disposições do art. 8.º da Lei Complementar n.º 15, de 1973 e demais normas relativas à matéria.

Dentro do prazo, foram apresentadas, à Mesa do Senado Federal, pelos Delegados, as credenciais, a que faz referência o inciso I do parágrafo único do art. 13 da referida Lei Complementar, devidamente assinadas pelo Presidente, 1.º e 2.º-Secretários. Os nomes e a qualificação dos delegados conferem com os constantes da documentação anteriormente encaminhada.

20) PARANÁ

A documentação relativa ao Estado do Paraná foi enviada ao Senado Federal com o Ofício n.º 921/73-GP, de 26 de novembro de 1973, do Senhor Presidente da Assembléia Legislativa, ao qual acompanham os seguintes documentos:

a) cópia do requerimento do Líder da ARENA, solicitando o registro dos candidatos do partido

como representantes da Assembléia junto ao Colégio Eleitoral;

b) cópia da Ata da reunião da ARENA que escolheu os candidatos;

c) publicação oficial da concessão de registro à chapa dos candidatos da ARENA;

d) cópia da Ata da Sessão Extraordinária da Assembléia Legislativa realizada a 22 de novembro de 1973, na qual foram escolhidos os representantes da Assembléia ao Colégio eleitoral;

e) cópia da Ata da reunião da Comissão Executiva da Assembléia Legislativa que concedeu o registro aos candidatos da Aliança Renovadora Nacional;

f) cópia da declaração conjunta de assentimento dos delegados e suplentes;

g) cópia do resultado da votação da chapa eleita pela Assembléia Legislativa com os nomes dos delegados e suplentes;

h) cópias de documentos em que constam a qualificação dos delegados e suplentes.

O ofício foi encaminhado dentro do prazo estabelecido na Lei Complementar n.º 15, de 1973, e os documentos que o acompanham atendem ao disposto na referida lei.

Foram apresentadas, dentro do prazo, à Mesa do Senado Federal e pelos respectivos delegados, as credenciais previstas na lei que regula a matéria, devidamente assinadas pelo Presidente e pelo 1.º-Secretário da Assembléia Legislativa, conferindo os nomes que delas constam, com os apostos nos documentos do processo.

21) SANTA CATARINA

Com o Ofício n.º 1.053, de 19 de novembro de 1973, o Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, encaminhou à Presidência do Senado Federal a documentação a seguir especificada, dele fazendo parte, ainda, a relação nominal dos delegados e do suplente eleitos para comporem a representação daquela Assembléia junto ao colégio eleitoral:

a) cópia autenticada do requerimento, assinado pelo Líder da Bancada da Aliança Renovadora Nacional, em que é solicitado o registro da chapa de candidatos a delegados daquele partido;

b) declaração conjunta dos candidatos em que os mesmos consentem com o registro de suas candidaturas;

c) cópia autenticada da Ata da reunião da Bancada da Aliança Renovadora Nacional, realizada em 16 de agosto de 1973, em que foram apreciadas as indicações para a composição da chapa deste partido;

d) cópia autenticada do parecer da Mesa da Assembléia Legislativa sobre o requerimento de registro da chapa de candidatos da Aliança Renovadora Nacional, apreciado em reunião realizada em 27 de setembro de 1973;

e) Diário Oficial de 28 de setembro de 1973, que publica o requerimento de registro da chapa, apre-

sentado pelo Líder da Bancada da ARENA, assim como o Parecer da Mesa da Assembléia Legislativa a ele relativo;

f) cópia autenticada do Ofício n.º 957, de 9 de outubro de 1973, em que o Sr. Presidente da Assembléia Legislativa dá ciência, ao Presidente da ARENA do Estado de Santa Catarina, do registro da chapa de candidatos apresentada pelo Líder da Bancada;

g) cópia autenticada do expediente enviado pelo Presidente da ARENA do Estado de Santa Catarina, acusando o recebimento do ofício referido na alínea anterior;

h) cópias autenticadas das "Fichas Biográfica Parlamentar" de cada um dos delegados, elaboradas pelo Departamento de Pessoal da Assembléia Legislativa;

i) cópia autenticada da Ata da 44.ª Sessão Extraordinária da Assembléia Legislativa, realizada em 19 de novembro de 1973, na qual foram eleitos os delegados e o suplente.

Como se observa, a documentação foi remetida ao Senado Federal dentro do prazo estabelecido no § 3.º do art. 8.º da Lei Complementar n.º 15, de 1973.

Também, em prazo hábil, foram apresentadas pelos delegados e perante a Mesa do Senado Federal as respectivas credenciais, devidamente assinadas pelo Presidente e pelo 1.º-Secretário da Assembléia Legislativa. Os nomes que delas constam conferem com os apostos nos documentos anteriormente encaminhados à Mesa do Senado Federal.

22) RIO GRANDE DO SUL

Através do Ofício S/N, de 22 de novembro de 1973, o Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul encaminhou ao Senhor Presidente do Senado Federal os nomes dos delegados e de seus suplentes, instruindo estas informações com os seguintes documentos:

a) Ofício do Líder da Bancada da Aliança Renovadora Nacional, ao qual foram anexados:

- cópia da Ata da sessão em que foi escolhida a chapa dos candidatos a delegados;
- cópia da convocação da reunião da Bancada;
- declaração coletiva do consentimento dos candidatos;

b) cópia do registro da chapa apresentada pela Aliança Renovadora Nacional à Mesa da Assembléia Legislativa;

c) publicação oficial da relação dos candidatos a delegados da Aliança Renovadora Nacional;

d) publicação oficial do edital de convocação da sessão extraordinária da Assembléia destinada à escolha dos delegados e de seus suplentes;

e) cópia da Ata da 151.ª Sessão Extraordinária da Assembléia Legislativa, realizada a 20 de novembro de 1973, que escolheu os delegados e suplentes ao colégio eleitoral;

f) cópias dos documentos em que estão lançadas as qualificações dos respectivos delegados e suplentes.

A documentação encaminhada atende ao disposto na legislação pertinente e foi encaminhada dentro do prazo estabelecido no § 3.º do art. 8.º da Lei Complementar n.º 15, de 13 de agosto de 1973.

Foram, ainda, apresentadas, à Mesa do Senado Federal, pelos respectivos delegados, em tempo oportuno,

as credenciais a que faz referência o inciso I do parágrafo único do art. 13 da Lei Complementar n.º 15, de 1973, devidamente assinadas pelo Presidente e pelo 1.º-Secretário da Assembléia Legislativa, conferindo os nomes, nelas apostos, com os constantes da documentação encaminhada anteriormente.

Neste caso, no que toca à interpretação do art. 8.º da Lei Complementar n.º 15, o entendimento foi oposto àquele adotado pela Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, tanto assim que a convocação foi efetivada na 1.ª quinzena do mês de novembro e a Sessão realizada na 2.ª quinzena do mesmo mês. Aquí, também não houve ofensa à lei, pois que o procedimento se compadeceu com os fins do disposto no referido art. 8.º da Lei Complementar n.º 15/73.

No que se refere aos membros do Congresso Nacional, que compõem o Colégio, cumpre esclarecer:

a) a relação dos Deputados foi encaminhada ao Sr. Presidente do Senado Federal através do Ofício n.º GP-9/21/74, datado de 14 de janeiro de 1974, do Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, anexo ao presente;

b) a relação dos Senadores é aquela fornecida pela Secretaria-Geral da Mesa, de acordo com a composição atual desta Casa.

II — PARECER

Do relatório verifica-se que inúmeras Assembléias Legislativas encaminharam ao conhecimento da Mesa do Senado Federal toda a documentação referida na Resolução n.º 9.483, do Tribunal Superior Eleitoral. Outras encaminharam parte dessa documentação. Todas elas, contudo, sem exceção, cumpriram o disposto no § 3.º do art. 8.º da Lei Complementar n.º 15, de 13 de agosto de 1973.

Desse modo, nada há a objetar no que toca à credenciação dos representantes das Assembléias Legislativas como delegados do Colégio Eleitoral.

Ante o exposto, a Mesa do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do artigo 13 da Lei Complementar n.º 15, de 13 de agosto de 1973, aprova, de acordo com o n.º 4 do Edital de Convocação, datado de 3 de janeiro de 1974, a composição definitiva do Colégio Eleitoral que elegerá o Presidente da República e Vice-Presidente para o quinquênio a iniciar-se a 15 de março do corrente ano, conforme relação anexa devidamente autenticada pelo Presidente do Senado Federal.

Sala das Reuniões, em 14 de janeiro de 1974. —
Paulo Torres, Presidente — **Antônio Carlos Konder Reis**, 1.º-Vice-Presidente — **Adalberto Sena**, 2.º-Vice-Presidente — **Ruy Santos**, 1.º-Secretário — **Augusto Franco**, 2.º-Secretário — **Milton Cabral**, 3.º-Secretário — **Geraldo Mesquita**, 4.º-Secretário.

Brasília, 14 de janeiro de 1974.

GP/0/21/74

A Sua Excelência o Senhor
Senador Paulo Torres
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício n.º 01/74, de hoje, tenho a honra de encaminhar, em anexo, a relação dos Deputados federais que se encontram em exercício, nesta data.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e apreço. —
Flávio Marcillo, Presidente.

Composição do Colégio Eleitoral

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente:

Paulo Torres

1º-Vice-Presidente:

Antônio Carlos Konder Reis

2º-Vice-Presidente:

Adalberto Sena

1º-Secretário:

Ruy Santos

2º-Secretário:

Augusto Franco

3º-Secretário:

Milton Cabral

4º-Secretário:

Geraldo Mesquita

1 — Estado do Acre:

a) SENADOR:

José Guimard

b) DEPUTADOS:

Joaquim Macêdo
Nasser Almêda
Ruy Lino

c) DELEGADOS:

Alcimar Nunes Leitão
Cláudio Perez Nobre
Joaquim Lopes da Cruz
Wildy Vianna das Neves

2 — Estado do Amazonas:

a) SENADORES:

Flávio Britto
José Lindoso
José Esteves

b) DEPUTADOS:

Joel Ferreira
Leopoldo Peres
Raimundo Parente
Vinícius Câmara

c) DELEGADOS:

Adail Garcia de Vasconcelos
Fernando de Oliveira Castro
João Bosco Ramos de Lima
José Belo Ferreira

3 — Estado do Pará:

a) SENADORES:

Milton Trindade
Cattete Pinheiro
Renato Franco

b) DEPUTADOS:

Américo Brasil
Edison Bonna
Gabriel Hermes
João Menezes
Júlio Viveiros
Juvêncio Dias
Sebastião Andrade
Stélio Maroja

c) DELEGADOS:

Gerson dos Santos Peres
Oswaldo Sampaio Melo
Oswaldo Brabo de Carvalho
Ubaldo Campos Correa

4 — Estado do Maranhão:

a) SENADORES:

Clodomir Millet
Alexandre Costa
José Sarney

b) DEPUTADOS:

Américo de Souza
Eurico Ribeiro
Freitas Diniz
Henrique de La Rocque
João Castelo
Nunes Freire
Pires Saboia

c) DELEGADOS:

Acrísio dos Santos Viegas
Artur Teixeira de Carvalho
Ivar Figueiredo Saldanha
Luiz Alves Coelho Rocha

5 — Estado do Piauí

a) SENADORES:

Petrônio Portella
Fausto Castelo-Branco
Helvídio Nunes

b) DEPUTADOS:

Correla Lima
Dyrno Pires
Heltor Cavalcanti
Milton Brandão
Paulo Ferraz
Pinheiro Machado
Severo Eulálio

c) DELEGADOS

Edson Martins da Rocha
João Calixto Lobo
José Raimundo Bona Medeiros
Raimundo de Sá Urtiga

6 — Estado do Ceará:

a) SENADORES:

Waldemar Alcântara
Virgílio Távora
Wilson Gonçalves

b) DEPUTADOS:

Alvaro Lins
Edilson Melo Távora
Ernesto Valente
Flávio Marcílio
Furtado Leite
Januário Feltosa
Jonas Carlos
Josias Gomes
Leão Sampaio
Manoel Rodrigues
Marcelo Linhares
Osiris Pontes
Ossian Araripe
Paes de Andrade
Parsifal Barroso

c) DELEGADOS:

Alceu Vieira Coutinho
Cincinato Furtado Leite
João Viana de Araújo
José Adauto Bezerra
Manoel Castro Filho

7 — Estado do Rio Grande do Norte:

a) SENADORES:

Luís de Barros
Dinarte Mariz
Jessé Freire

b) DEPUTADOS:

Antônio Florêncio
Djalma Marinho
Grimaldi Ribeiro
Henrique-Eduardo Alves
Pedro Lucena
Vingt Rosado

c) DELEGADOS:

Ezequiel José Ferreira de Souza
José Marcílio de Medeiros
Furtado
Milton Aranha Marinho
Moacyr Torres Duarte

8 — Estado da Paraíba:

a) SENADORES:

Ruy Carneiro
Domicio Gondim

b) DEPUTADOS:

Alvaro Gaudêncio
Antônio Mariz
Cláudio Leite
Janduhy Carneiro
Marcondes Gadelha
Petrônio Figueiredo
Teotônio Neto
Wilson Braga

c) DELEGADOS:

Américo Sérgio Mala
Edme Tavares de Albuquerque
Egídio Silva Madruga
Jonas Leite Chaves

9 — Estado de Pernambuco:**a) SENADORES:**

João Cleofas
Paulo Guerra
Wilson Campos

b) DEPUTADOS:

Aderbal Jurema
Airon Rios
Carlos Alberto Oliveira
Etelvino Lins
Fernando Lyra
Geraldo Guedes
Gonzaga Vasconcelos
Joaquim Coutinho
Josias Leite
Lins e Silva
Magalhães Melo
Marco Maciel
Marcos Freire
Ricardo Flúza
Thales Ramalho

c) DELEGADOS:

Audomar Ferraz
Carlos Moura de Moraes Veras
José Antônio Liberato
José Mendonça Bezerra
Nivaldo Rodrigues Machado

10 — Estado de Alagoas:**a) SENADORES:**

Teotônio Vilela
Arnon de Mello
Luiz Cavalcante

b) DEPUTADOS:

Geraldo Bulhões
José Alves
José Sampaio
Oceano Carleial
Vinícius Cansanção

c) DELEGADOS:

Divaldo Suruagy
Jorge Duarte Quintella
Cavalcanti
Nelson Simões Costa
Theobaldo Vasconcelos Barbosa

11 — Estado de Sergipe:**a) SENADORES**

Leandro Maciel
Lourival Baptista

b) DEPUTADOS:

Eraldo Lemos
Francisco Rollemberg
Luiz Garcia
Passos Pôrto
Raimundo Diniz

c) DELEGADOS:

Antonio Carlos Valadares
Djenal Tavares de Queiroz
Heráclito Guimarães
Rollemberg
Oséas Cavalcanti Baptista

12 — Estado da Bahia:**a) SENADORES:**

Antônio Fernandes
Heitor Dias

b) DEPUTADOS

Djalma Bessa
Edvaldo Fiôres
Fernando Magalhães
Francisco Pinto
Hannequim Dantas
Ivo Braga
João Alves
João Borges
José Penedo
Lomanto Júnior
Luiz Braga
Manoel Novaes
Necy Novaes
Ney Ferreira
Odulfo Domingues
Prisco Viana
Rogério Rêgo
Ruy Bacelar
Theódulo de Albuquerque
Tourinho Dantas
Vasco Neto
Wilson Falcão

c) DELEGADOS:

Accioly Vieira de Andrade
Edvaldo Brandão Correia
Eutácio Carlos de Araújo
Henrique Brito
Honorato Viana de Castro
José Eloy de Carvalho
Raimundo Rocha Pires

13 — Estado do Espírito Santo:**a) SENADORES:**

Carlos Lindenberg
Eurico Rezende
João Calmon

b) DEPUTADOS:

Argilano Dario
Dirceu Cardoso
Élcio Álvares
José Carlos Fonseca
José Tasso de Andrade
Oswaldo Zanella
Parente Frota

c) DELEGADOS:

Emir de Macedo Gomes
Honório Regiani
Lúcio Merçon
Nilzo de Almeida Piazzi

14 — Estado do Rio de Janeiro:**a) SENADORES:**

Amaral Peixoto
Vasconcellos Torres

b) DEPUTADOS:

Adolpho de Oliveira
Alair Ferreira
Alberto Lavinas
Arlo Theodoro
Brígido Tinoco
Dayl de Almeida
Daso Coimbra
Hamilton Xavier
José da Silva Barros
José Haddad
José Sally
Luiz Braz
Márcio Paes
Moacir Chiesse
Osmar Leitão
Peixoto Filho
Rozendo de Souza
Walter Silva

c) DELEGADOS:

Darcílio Ayres Raunheitti
Ewaldo Saramago Pinheiro
João Carlos Lisboa Besouchet
José Bismarck de Souza
José Carlos Vaz de Miranda
Josias Ávila Júnior

15 — Estado da Guanabara:**a) SENADORES:**

Danton Jobim
Benjamin Farah
Nelson Carneiro

b) DEPUTADOS:

Alcir Pimenta
Amaral Netto
Bezerra de Norões
Célio Borja
Eurípides Cardoso de Menezes
Flexa Ribeiro
Florim Coutinho
Francisco Studart
José Bonifácio Neto
JG de Araújo Jorge
Léo Simões
Lisâneas Maciel
Lopo Coêlho
Marcelo Medeiros
Miro Teixeira
Nina Ribeiro
Osnelli Martinelli
Pedro Farla
Reynaldo Santana
Rubem Medina

c) DELEGADOS:

Átila Nunes Filho
Elcy de Carvalho
Frederico Trotta
Mário Saladini
Nestor Nascimento
Pedro Fernandes
Sebastião Menezes

16 — Estado de Minas Gerais:**a) SENADORES:**

José Augusto
Gustavo Capanema
Magalhães Pinto

b) DEPUTADOS:

Aécio Cunha
 Altair Chagas
 Athos de Andrade
 Aureliano Chaves
 Batista Miranda
 Bento Gonçalves
 Blas Fortes
 Carlos Cotta
 Delson Scarano
 Elias Carmo
 Fábio Fonsêca
 Fernando Fagundes Netto
 Francelino Pereira
 Geraldo Freire
 Homero Santos
 Hugo Aguiar
 Jairo Magalhães
 João Guido
 Jorge Ferraz
 Jorge Vargas
 José Bonifácio
 José Machado
 José Maria Alkmim
 Manoel de Almeida
 Manoel Taveira
 Murilo Badoró
 Navarro Vieira
 Nogueira de Rezende
 Ozanan Coêlho
 Padre Nobre
 Paulino Cícero
 Renato Azeredo
 Sílvio de Abreu
 Sinval Boaventura
 Tancredo Neves

c) DELEGADOS:

Bonifácio José Tamm de
 Andrada
 Carlos Eloy Carvalho
 Guimarães
 Dênio Moreira de Carvalho
 Euclides Pereira Cintra
 João Bello de Oliveira Filho
 João Carlos Ribeiro de
 Navarro
 Joaquim Roberto Leão Borges
 Lourival Brasil Filho
 Mário Hugo Ladeira
 Morvan Aloysio Acayaba de
 Resende
 Valdir Melgaço Barbosa

17 — Estado de São Paulo

a) SENADORES:

Carvalho Pinto
 Franco Montoro
 Orlando Zancaner

b) DEPUTADOS:

Adalberto Camargo
 Adhemar de Barros Filho
 Aldo Lopo
 Alfeu Gasparini
 Amaral Furlan
 Arthur Fonsêca
 Athlé Coury
 Baldacci Filho
 Bezerra de Mello
 Braz Nogueira
 Cantídio Sampaio

Cardoso de Almeida

Chaves Amarante
 Dias Menezes
 Diogo Nomura
 Faria Lima
 Francisco Amaral
 Freitas Nobre
 Henrique Turner
 Herbert Levy
 Ildélio Martins
 Ítalo Fittipaldi
 João Arruda
 José Camargo
 Mário Telles
 Maurício Toledo
 Monteiro de Barros
 Orensy Rodrigues
 Pacheco Chaves
 Paulo Abreu
 Paulo Alberto
 Pedroso Horta
 Pereira Lopes
 Plínio Salgado
 Roberto Gebara
 Ruyd Almeida Barbosa
 Salles Filho
 Santilli Sobrinho
 Sílvio Lopes
 Sylvio Vanturulli
 Sussumu Hirata
 Ulysses Guimarães
 Ortiz Monteiro

c) DELEGADOS:

Aginaldo Rodrigues de Carvalho
 Júnior
 Alexandre Freua Netto
 Antonio Hélio Xavier de
 Mendonça
 Antônio Morimoto
 Astolfo Araújo
 Dulce Salles Cunha Braga
 Hatiro Shimomoto
 Jacob Pedro Carolo
 Jamil Assuf Dualibi
 Januário Mantelli Neto
 Jorge Maluly Neto
 José Eduardo de Faria Lima
 José Felício Castellano
 José Ozi
 José Salvador Julianelli
 Manoel Severo Lins Neto
 Wadih Helú

18 — Estado de Goiás:

a) SENADORES:

Emival Calado
 Benedito Ferreira
 Osires Teixeira

b) DEPUTADOS:

Anapolino de Faria
 Ary Valadão
 Brasília Calado
 Fernando Cunha
 Henrique Fanstone
 Jarmund Nasser
 José Freire
 Juarez Bernardes
 Rezende Monteiro
 Siqueira Campos
 Wilmar Guimarães

c) DELEGADOS:

Alcântara Marques Palmeira
 Elcival Ramos Calado
 Enlo Pascoal
 José Alves de Assis
 Manoel Mendonça

19 — Estado de Mato Grosso:

a) SENADORES:

Fernando Corrêa
 Itálio Coelho
 Saldanha Derzi

b) DEPUTADOS:

Emanuel Pinheiro
 Garcia Netto
 Gastão Müller
 Lopes da Costa
 Marcílio Lima
 Ubaldo Barém

c) DELEGADOS:

Mação Tadano
 Nelson Ramos
 Valdevino Guimarães
 Venício da Silva

20 — Estado do Paraná:

a) SENADORES:

Ney Braga
 Accioly Filho
 Mattos Leão

b) DEPUTADOS:

Agostinho Rodrigues
 Alberto Costa
 Alencar Furtado
 Alípio Carvalho
 Antônio Annibelli
 Antônio Ueno
 Ary de Lima
 Arnaldo Busato
 Arthur Santos
 Braga Ramos
 Fernando Gama
 Ferreira do Amaral
 Flávio Giovine
 Hermes Macêdo
 Ítalo Conti
 João Vargas
 José Carlos Leprevost
 Luiz Losso
 Maia Netto
 Mário Stamm
 Olívir Gabardo
 Roberto Galvani
 Túlio Vargas

c) DELEGADOS:

Francisco Borsari Netto
 Ivo Thomazoni
 João Mansur
 Jorge Sato
 Luiz Roberto Nogueira Soares
 Olavo Garcia Ferreira da Silva
 Ovídio Luiz Franzoni

21 — Estado de Santa Catarina:**a) SENADORES:**

Celso Ramos
Lenoir Vargas

b) DEPUTADOS:

Abel Ávila
Adhemar Ghisi
Albino Zeni
Aroldo Carvalho
Cesar Nascimento
Dib Cherem
Francisco Grillo
Francisco Libardoni
Jaison Barreto
João Linhares
Laerte Vieira
Pedro Colln
Wilmar Dallanhol

c) DELEGADOS:

Aristides Bolan
Gentil Bellani
Henrique Hellon de Velho
Córdova
Telmo Ramos Arruda
Zany Gonzaga

22 — Estado do Rio Grande do Sul:**a) SENADORES:**

Guido Mondin
Daniel Krieger
Tarso Dutra

b) DEPUTADOS:

Alberto Hoffmann
Alceu Collares
Aldo Fagundes
Amaral de Sousa
Amaury Müller
Antônio Bresolin
Arlindo Kunzler
Arnaldo Prieto
Célio Marques Fernandes
Cid Furtado
Clóvis Stenzel
Daniel Faraco
Eloy Lenzi
Getúlio Dias
Harry Sauer
Helbert dos Santos
Jairo Brum
José Mandelli
Lauro Leitão

Lauro Rodrigues
Mário Mondino
Nadyr Rossetti
Norberto Schmidt
Sinval Guazzelli
Vasco Amaro
Victor Issler

c) DELEGADOS:

Adolpho Puggina
Fernando Gonçalves
João Alves Osório
José Hugo Mardini
Oscar Westendorff
Rubi Matias Diehl
Sérgio Medeiros Ilha Moreira
Urbano Alves de Moraes

23 — Território do Amapá

Antônio Pontes

24 — Território de Rondônia

Jerônimo Santana

25 — Território de Roraima

Sylvio Botelho